



TRAMA GOLPISTA

PGR nega pôr agentes “colados” em Bolsonaro

Gonet orienta vigilância nas imediações da casa do ex-presidente e recomenda monitoramento com câmeras

» ALÍCIA BERNARDES
» RAFAELA BONFIM*

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, disse não à presença de agentes da Polícia Federal (PF) no interior da casa de Jair Bolsonaro (PL), conforme solicitara a corporação em manifestação dirigida ao Supremo Tribunal Federal, na terça-feira. Em resposta enviada ao STF, o chefe do Ministério Público afirmou que a fiscalização deve restringir-se ao entorno do imóvel do ex-presidente e à entrada do condomínio em que mora, em Brasília. Orienta, porém, que se aumente a fiscalização do cumprimento da prisão domiciliar, com monitoramento da parte externa da residência com câmeras.

Bolsonaro cumpre prisão domiciliar desde 4 de agosto, mas, para Gonet, a vigilância deve respeitar a privacidade da residência, ainda que haja necessidade de ampliar os mecanismos de controle. “O monitoramento visual não presencial, em tempo real e sem gravação, dessa área externa à casa contida no terreno cercado, também se apresenta como alternativa de cautela”, argumentou. Na avaliação do procurador-geral, há distinção clara entre o perímetro externo da casa e o espaço interno, o que exige limites na atuação policial.

Segundo Gonet, faz sentido a preocupação da PF com a possibilidade de Bolsonaro fugir do Brasil. Isso porque, a corporação detectou um rascunho de pedido de asilo à Argentina no celular do ex-presidente. Além disso, o filho dele, deputado Eduardo

Ed Alves/CB/D.A Press



Agentes já montavam guarda na portaria do condomínio e, agora, poderão ficar próximos à casa do ex-presidente em vigilância mais cerrada

Bolsonaro (PL-SP), está nos Estados Unidos trabalhando contra o Brasil e tenta fazer com que o governo de Donald Trump influa no julgamento do STF para que o pai seja beneficiado.

Medidas suficientes

Gonet argumenta, porém, que a prisão domiciliar e o monitoramento por tornozeleira eletrônica são suficientes para evitar uma

eventual saída clandestina de Bolsonaro do país. “As circunstâncias, assim, evidentemente, recomendam precauções contra iniciativas de fuga. Tudo isso, afinal, é ainda mais acentuado pela proximidade do julgamento da ação penal, marcado para se iniciar em alguns dias. Providências de cautela já foram, por isso também, adotadas em atenção ao interesse na aplicação efetiva da lei penal”, completou.

O advogado penal e constitucional Ilmar Muniz avalia que o caso do ex-presidente tem peculiaridades que não se aplicam a outros réus e condições semelhantes. Para ele, a prisão domiciliar não afasta a necessidade de regras básicas de vigilância, mas a presença contínua de policiais dentro da residência não tem respaldo do Código de Processo Penal.

Muniz destaca que a justificativa para vigilância externa está

ligada ao risco de fuga. “Se houver a percepção de que a prisão domiciliar não é suficiente para impedir evasão, o correto seria a revogação da medida e a transferência para um presídio comum”, frisa.

Bolsonaro e os outros sete integrantes do chamado “núcleo crucial” começam a ser julgados na próxima terça-feira pela tentativa de golpe de Estado para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência.

Filho 03 pede para ser “deputado a distância”

» ISRAEL MEDEIROS

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pediu à Mesa da Câmara para que possa exercer seu mandato mesmo estando nos Estados Unidos trabalhando para prejudicar o Brasil. Caso seja liberado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a participar dos trabalhos parlamentares mesmo remotamente, o filho 03 do ex-presidente permanecerá fazendo jus a todos os benefícios concedidos aos

demais 512 deputados.

No ofício enviado a Motta, Eduardo disse que fez da diplomacia parlamentar um dos focos centrais de sua atuação e, por isso, seria, segundo ele, “o parlamentar brasileiro com maior respeitabilidade no exterior”. Na quarta-feira, ele participou virtualmente de uma sessão da Subcomissão Especial de Apuração de Violações de Direitos no 8 de Janeiro, na Câmara. Na ocasião, criticou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O filho 03 de

Bolsonaro argumentou que durante a pandemia, os parlamentares puderam exercer o mandato remotamente.

“Não reconheço falta alguma, não renuncio ao meu mandato, não abdicó das minhas prerrogativas constitucionais e sigo em pleno exercício das funções que me foram conferidas pelo voto popular”, disse Eduardo, que justificou estar fora do país não por vontade própria, mas porque sofre “perseguições ilegais”.

Por conta do pedido do filho

de Bolsonaro, o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), pediu a Motta que negue a solicitação. “O exercício do mandato parlamentar exige, por definição, o princípio da territorialidade, mediante a presença física do eleito no território nacional. A relação entre representação política e presença territorial é elemento estruturante do regime democrático. Não há previsão constitucional nem regimental, pois não existe mandato a distância, por força

do motivo da territorialidade”, observou Lindbergh.

Ele também pediu o bloqueio do salário e da cota parlamentar de Eduardo — que continua a receber o salário de R\$ 44 mil, embora a página da Câmara dos Deputados não exiba o valor atualizado.

A cota parlamentar deixou de ser gasta em março, mês anterior ao início da licença de Eduardo da Câmara, segundo dados consultados pelo **Correio**. O deputado também só recebeu auxílio-moradia até março.

CONFERÊNCIA DO CLIMA

Presidente da COP30 cobra a participação de empresários

» LETÍCIA CORRÊA*

O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, divulgou ontem uma carta na qual pede que empresas do setor privado compareçam e participem do evento em Belém, em novembro. Ele salienta que a transição climática em curso é “irreversível” e aposta na conferência como “maior mercado de soluções” a nível global.

Corrêa do Lago observa que entende as dificuldades do local escolhido, mas enfatiza a importância da Amazônia na discussão climática: “Ela é símbolo da urgência planetária e lar de povos cujas vidas representam tanto a linha de frente da crise climática quanto o coração de suas soluções. Ir a Belém é uma oportunidade de arrastar as mangas, ouvir, aprender e

somar-se ao espírito colaborativo do mutirão global. Esses diálogos críticos devem acontecer não apenas onde é fácil, mas, sobretudo, onde mais importa”, afirma.

A mensagem é publicada em momento crítico da COP30, uma vez que a maioria das nações ainda não acatou as Contribuições Nacionalmente Determinadas para 2035 (NDCs), faltando menos de 75 dias para a conferência climática. As NDCs são fundamentais, segundo Corrêa do Lago, para “transformar anos de compromissos em implementação completa” — e isso, conforme enfatiza, não pode ser feito sem o apoio da indústria.

“Como mencionei em minha primeira carta, os líderes empresariais que anteciparem essas mudanças radicais serão aqueles

Tânia Régio/Agência Brasil



que prosperarão, ao construir resiliência e aproveitar as extraordinárias oportunidades que a transição em curso oferece. Hoje, conclamo todos os líderes empresariais a se unirem ao mundo em Belém. Façam parte desse movimento, juntando-se à mobilização global por um futuro

mais próspero, resiliente e sustentável”, exorta o embaixador.

O tamanho da rede hoteleira de Belém e os preços abusivos que vêm sendo cobrados pela hospedagem são os maiores obstáculos enfrentados pelo evento. Mas, segundo a Secretaria Extraordinária para a COP30 confirmou ontem,



Os líderes empresariais que anteciparem essas mudanças serão aqueles que prosperarão, ao construir resiliência e aproveitar as extraordinárias oportunidades que a transição em curso oferece. Hoje, conclamo todos a se unirem ao mundo em Belém”

Trecho da carta do embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30

61 países estão com hospedagem garantida na capital paraense. Essas delegações pagaram as reservas e confirmaram a estadia, número que representa um avanço em relação ao último balanço, divulgado há uma semana, quando apenas 47 nações haviam confirmado a vinda ao Brasil.

VIOLÊNCIA

Assassinato do gari em BH: delegada é afastada

» CLARA MARIZ
» ANA LUIZA SOARES*

A delegada Ana Paula Lamego Balbino Nogueira, mulher de Renê da Silva Nogueira Júnior — que confessou ter assassinado o gari Laudemir de Souza Fernandes, em Belo Horizonte —, também foi indiciada pelo homicídio. Apesar de ela estar afastada das funções desde a semana do crime, poderá responder por porte ilegal de arma de fogo.

Na quinta-feira, Ana Paula foi substituída no Comitê de Ética em Pesquisa da Academia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Ela tinha sido nomeada membro titular do colegiado em 23 de agosto de 2024, quando o grupo foi criado com a finalidade de “desenvolvimento profissional e técnico-científico dos servidores da PCMG”.

Mas, antes desse afastamento, a delegada já havia sido removida das funções à frente da Delegacia da Mulher. A licença, por 60 dias, foi concedida sob alegação de tratamento de saúde no Hospital da Polícia Civil. Em 11 de agosto, dia do assassinato de Laudemir, a Corregedoria da PCMG instaurou um procedimento administrativo para investigar a participação da delegada no crime.

Briga de trânsito

O homicídio ocorreu na Rua Modestina de Souza, no bairro Vista Alegre, por volta das 8h55. A motorista do caminhão que recolhia o lixo na calçada, Eledias Aparecida Rodrigues, parou e encostou o veículo para que uma fila de carros pudesse passar. Renê, porém, teve dificuldades em passar pelo espaço na via deixado pelo caminhão.

Irritado, ele começou a ameaçar a motorista e um dos garis, que garantiam haver espaço suficiente para que ele passasse com o carro que dirigia. Foi quando Renê pegou uma arma e fez movimento de engatilhar. Em seguida, apontou para Eledias e ameaçou: “Se você esbarrar no meu carro, vou dar um tiro na sua cara. Duvida?”

Na sequência, Renê desceu do carro, deixou o carregador da pistola cair, colocou-o de volta na arma e atirou em Laudemir — que tinha se colocado na mira para proteger Eledias. O marido da delegada voltou calmamente para o carro e saiu. Antes de ser preso, teve tempo de passear com o cão do casal e trocar de roupa para ir à academia de ginástica fazer exercícios físicos.

*Estagiárias sob a supervisão de Fábio Grecchi